



# Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1978

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 122.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Gilberto Carvalho e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Aragão de Mattos Leão (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja colocado em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 179/78, que declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Ir. Clóvis Junqueira".

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978.

(a) Maurício Fruet.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 63/76 e 136/75.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978.

(a) Wilson Fortes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário dos Transportes, solicitando os necessários estudos com vistas à futura pavimen-

tação da via de ligação entre as sedes do Município de Altônia e do Distrito de São Jorge.

A solicitação se justifica no fato de ser o referido distrito um importante centro de produção em que vivem mais de 25.000 (vinte e cinco) mil pessoas.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978

(a) Ezequias Losso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Dr. Eleutério Dalazem, solicitando os necessários estudos com vistas a implantação ou extensão de curso de 2.º Grau na sede do Distrito de São Jorge-Município de Altônia.

A reivindicação se prende ao fato de existirem dezenas de jovens em condições de prosseguir seus estudos desde que haja estabelecimento de ensino no local onde exercem suas atividades profissionais.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978

(a) Ezequias Losso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados requerimentos aos Excelentíssimos Senhores Ângelo Calmon de Sá, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, e Camilo Callazans, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que não sejam revogadas as Resoluções n.ºs 50 e 52, que beneficiam as exportações de café pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978

(a) Lázaro Dumont.

#### JUSTIFICATIVA:

O café continua representando 50% das exportações paranaenses.

As Resoluções de n.ºs 50 e 52 limitam para o Porto Paulista as exportações da rubiácea ao tipo 4, quer dizer, somente os cafés finos podem escoar através do porto Santista.

Esta foi uma grande conquista do povo paranaense, isto porque significa que o maior volume de café para a exportação poderá ser drenado por Paranaguá, uma vez que os outros tipos de café constituem a grande maioria da produção brasileira.

Há dois anos vem havendo desemprego e ociosidade em Paranaguá, considerando que houve uma queda impressionante na produção cafeeira paranaense. A próxima safra, no entanto, deverá apresentar um contingente exportável muito significativo, em função da recuperação da lavoura cafeeira, com reflexos sociais e econômicos altamente positivos para o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que no dia 27 de novembro do corrente ano o Prof. JOSÉ CARLOS PINOTTI, Magnífico Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, por resolução declarou extintos, em caráter definitivo, os mandatos de todos os dirigentes e conselheiros do Diretório Central de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos Setoriais da F.U.E.L.: suspendendo

todas as atividades dos órgãos representativos dos universitários;

Considerando que o ato praticado pela Reitoria oficializa a prepotência e o arbítrio, visando o impedimento da realização das eleições livres e democráticas programadas para o dia de hoje;

Considerando que desde a gestão do ex-Reitor Oscar Alves, até a presente data os universitários londrinenses vêm sofrendo insuportável repressão da Reitoria e dos órgãos de policiamento próprio da F.U.E.L., a A.E.S.I. — Assessoria Especial de Segurança e Informações;

Considerando que promoveu a Reitoria a invasão e arrombamento da sede do DCE, seqüestrando máquinas e documentos do órgão estudantil;

Considerando que a comunidade londrinense está a exigir providências no sentido de normalizar a vida universitária na F.U.E.L.;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a constituição de uma Comissão Especial, composta por 5 (cinco) Senhores Deputados, para com a máxima urgência que o caso está a exigir, e "in-loco" promova junto aos dirigentes e conselheiros do Diretório Central do Estudante e Diretórios Setoriais, assim como, junto à Reitoria da F.U.E.L., a avaliação que este Poder possa posicionar-se quanto à liberação dos recursos do Estado e quanto aos atos dos administradores daquela Fundação Estadual.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978.

(a) Del Ciel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que este Poder Legislativo formalize requerimento perante o órgão do Ministério Público da Comarca de Paraíso do Norte, com base no § 1.º, do Art. 2.º, do Decreto Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1.967, no sentido de ser instaurada a competente Ação Penal contra o Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, Senhor Germano Sordi, por haver o mesmo incorrido em crime de responsabilidade, nos termos do inciso II, do Art. 1.º, do citado Decreto Lei, conforme atestam as certidões anexas, extraídas dos Autos em andamento na Comarca de Paraíso do Norte, de n.º 39/78, de Execução de Título Extra Judicial em que figuram como partes, na qualidade de Exequente, a Fazenda Pública do Estado do Paraná e Executado, o Sr. Armando Marques.

Requer, outrossim, que juntamente com o requerimento a ser endereçado e subscrito por este Poder Legislativo, a título de justificativa da medida, siga exemplar do "DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA", de n.º 102, do dia 13 de setembro de 1978, onde se encontra publicado, em sua página 3 e seguinte, pronunciamento sobre a responsabilidade criminal do Prefeito daquele Município, bem como exemplar do "DIÁRIO DO NOROESTE", jornal que se edita na cidade de Paranavaí, onde se lê, em sua primeira página, esclarecimento do Prefeito Municipal, Germano Sordi, **autêntica confissão do crime praticado**.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978.

(a) Waldenico Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Senhor Deputado Erondy Silvério, na sessão de ontem, fez um apelo à Comissão Especial do Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata do Quadro Es-

pecial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado, pedindo que fosse devolvido o aludido projeto para sua inclusão na Ordem do Dia.

A informação trazida a esta Casa pelo ilustre parlamentar é equívoca e o seu apelo, por conseguinte, descabido.

A Comissão Especial em referência, a que tenho a honra de presidir, integrada pelos eminentes Deputados Gilberto Carvalho, este como relator, Maurício Fruet, Dácio Leonel de Quadros e Augusto Carneiro, concluiu seus trabalhos em tempo de o projeto vir a ser apreciado pelo Plenário ainda no primeiro semestre deste ano.

A Mesa, pois, tem em seu poder o mencionado projeto desde a data de 14 de junho próximo passado, contendo o parecer da Comissão Especial sobre todas as emendas de Plenário e ao projeto.

Antes disso, convém lembrar, a Presidência desta Comissão Especial, através de ofício datado de 12 de maio de 1978, solicitou do Senhor Governador do Estado e o encaminhamento de Mensagem aditiva em que fosse proposta a atualização dos valores dos vencimentos atribuídos aos integrantes do Quadro de Procuradores do Estado.

Por outro lado, o aditamento ao projeto encaminhado em 10 de outubro de 1978, pelo Poder Executivo, visando modificar os artigos 36 e 47, do Projeto de Lei em referência, somente veio ter à Comissão Especial no dia de ontem, e face à diligência do Deputado Relator da matéria, no mesmo dia foi devolvido à Mesa, para seu apensamento ao processo legislativo principal, e conseqüente inclusão deste na Ordem do Dia.

Por último, após sua devolução à Mesa, em junho de 1978, o projeto entrou em regime de urgência, conforme requerimento aprovado pelo Plenário, de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

Resta à Comissão Especial, destarte, opor ao imperitine apelo formulado pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, os elementos reais aqui expostos, a fim de que o importante processo legislativo, em sua tramitação por esta Casa, não contenha informação tão desinteressada da verdade e tão injusta contra uma Comissão que observou, rigorosamente, os prazos de que dispunha, para o exame da matéria".

Era o que nos cabia sobre o assunto".

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta oportunidade, para, fazendo eco às palavras de companheiros de minha bancada, que na sessão de ontem, por aqui passando, denunciaram a esta Casa e ao povo de meu Estado, os últimos acontecimentos ocorridos em nossa cidade, envolvendo a Fundação Universidade Estadual de Londrina, assim como as lideranças universitárias de nossa terra.

Há aproximadamente dois anos, passados, denunciámos desta tribuna a intenção do então Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Oscar Alves, de lá implantar um regime autoritário e ditatorial, visando com esquemas de repressão, de combate, exterminar com as lideranças estudantis de nossa cidade.

O tempo passou, o ex-Reitor, Oscar Alves não conseguiu o seu intento, mas fez o seu sucessor para a Universidade Estadual de Londrina. E lá hoje está, o professor José Carlos Pinotti, Magnífico Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina e, estarecidos, surpreendidos, acompanhamos esses acontecimentos nos últimos dias em nossa terra, quando, com prepotência, impondo o arbítrio e desrespeito, José Carlos Pinotti decretava o fechamento de todas as entidades estudantis, de todos os diretórios setoriais da Fundação Universidade Estadual de Londrina, assim como o Diretório Central dos Estudantes.

Vimos, Senhor Presidente, eminentes Senhores Deputados, nos últimos anos, a condição do ensino em nossa cidade e em nossa Universidade, sendo esfacelado tão somente para que pudessem os seus dirigentes, dar guarida aos seus interesses pessoais, visando benefícios de homens que cercam as rodas palacianas e que compõem o quadro da alta direção da Universidade Estadual de Londrina.

Os estudantes foram combatidos, mas souberam combater o bom combate com os poderosos da Universidade Estadual de Londrina; tiveram as suas verbas suspensas, ficando em condições de recebimento de todas as dotações que lhe cabiam, por direito, durante os dois últimos anos.

No dia 27 de novembro, próximo passado, anteontem, José Carlos Pinotti, com o seu Conselho, anunciava irregularidades não existentes, conforme justificativas divulgadas pelos órgãos de imprensa de nossa terra, no dia de hoje e de ontem, para, denunciando corrupção, formalizar um ato arbitrário, injusto e prepotente, punindo aos universitários de nossa terra.

Como dirigente de uma fazenda, de uma propriedade particular, ditatorialmente, usa um ato que lhe dá poderes de AI-5, muito próprio dos dias atuais em nossa pátria, para cassar mandatos políticos estudantis.

Era sabido que com os exemplos maiores, tentariam implantar em todos os setores, como vem ocorrendo agora, a prepotência e o arbítrio, através dos atos de exceção. Vimos com tristeza, esses acontecimentos em Londrina, cidade que presenciou e testemunhou cercos policiais para evitar palestras de homens que escreveram a história verdadeira de nossa pátria, de homens de valor, que compareceram, a convite dos nossos estudantes e que à nossa gente e aos nossos universitários não puderam falar.

Vimos todo tipo de perseguição e os estudantes lançados com seus destinos à toda sorte. E, durante a noite do dia 27, para o dia 28, pudemos presenciar a assembléia ordeira dos universitários londrinenses, que, tranqüilos, serenos e com a seriedade que falta à Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, procuravam encontrar soluções para os problemas que estava o Sr. José Carlos Pinotti a impor a toda a classe estudantil universitária de nossa terra.

Invadiram a sede do DCE, arrombaram paredes da sede do órgão estudantil, de lá seqüestraram máquinas, documentos, provocando o maior tumulto e a maior balbúrdia nos arquivos daquele órgão estudantil.

A comunidade londrinense insatisfeita, porque acompanhando, durante todos esses anos, a luta dos universitários londrinenses, pela melhora do nível do ensino, a luta pela conquista do ensino gratuito, direito constitucional desrespeitado e descumprido em nossa Pátria, cujos mandantes elitizaram a educação, não mais permitindo que aos filhos dos menos privilegiados, seja dado o direito de se transformarem em doutores, em professores, para que possam concluir um curso superior.

A comunidade londrinense testemunhando, durante todos esses anos, estou certo a opinião pública do meu Estado do Paraná, está a exigir uma definição para a situação da Universidade Estadual de Londrina, que abriga estudantes da nossa terra, do nosso Estado e de muitos outros Estados da República Federativa do Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inconformados com as decisões do ex-Reitor Oscar Alves e do bem mandado professor José Carlos Pinotti, atual Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina que se mascarou em democrata e liberal para tentar conquistar votos para o partido governista até o último dia 15 de novembro, quando, tirando a máscara, assume a postura do grande ditador para injustiçar os estudantes da nossa terra. O ex-Ministro da Educação, sogro do ex-Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Oscar Alves que, tudo indica, continua a mandar, a deter-

minar e a impor na Universidade Estadual de nossa terra, faz dar validade e fundamentação ao requerimento que trazemos a esta Casa, nesta oportunidade, visando a constituição de uma Comissão Especial de 5 (cinco) Senhores Deputados para, "in loco", analisar a verdade, por inteiro, na Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para tentar dar soluções e proceder o saneamento na situação atual, nas irregularidades vigentes na Universidade Estadual de Londrina, vamos requerer a constituição de uma Comissão Especial, inicialmente, para, posteriormente, se necessário for, retornarmos a esta tribuna e a este Poder, para constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, visto que, de uma Fundação Estadual como a da nossa Universidade de Londrina, não se pode dar destino como se estivesse decidindo o destino de uma fazenda, de uma propriedade particular.

Assim sendo, apresentei requerimento que foi lido e que consta do expediente.

E é importante, me permitam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar que estavam programadas eleições para o DCE e para os diretórios setoriais, em Londrina, e o Magnífico Reitor da Universidade, vetou a participação de oito líderes estudantis nessas eleições, acreditando que as lideranças universitárias iriam brigar em defesa dessas lideranças com o objetivo que elas permanecessem nas chapas apresentadas, quando a Reitoria poderia fundamentar-se no Regimento Interno da Universidade para, com razão daí então, criar um clima de instabilidade na Universidade Estadual de Londrina.

Mas, dada a habilidade e a seriedade e a postura das nossas lideranças estudantis em Londrina, outros líderes com condições de disputar as eleições foram apresentados e desesperado então, o Reitor, sem encontrar fórmulas para derrotar o grupo "Poeira", que vem dirigindo os órgãos estudantis universitários de nossa terra, determinou o fechamento daqueles órgãos e a cassação daquelas lideranças.

"Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vem o considerando que desde a gestão do ex-Reitor Oscar Alves, até a presente data os universitários londrinenses vêm sofrendo insuportável repressão da Reitoria e dos órgãos de policiamento próprio da F.U.E.L., a A.E.S.I. — Assessoria Especial de Segurança e Informações;

Considerando que promoveu a Reitoria a invasão e arrombamento da sede do DCE, seqüestrando máquinas e documentos do órgão estudantil;

Considerando que a comunidade londrinense está a exigir providências no sentido de normalizar a vida universitária na Fundação Universitária Estadual de Londrina;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a constituição de uma Comissão Especial composta por 5 (cinco) Senhores Deputados, para com a máxima urgência que o caso está a exigir, e "in loco" promova junto aos Dirigentes e Conselheiros do Diretório Central dos Estudantes e Diretórios Setoriais, assim como, junto à Reitoria da F.U.E.L., a avaliação dos últimos acontecimentos e decisões daquela Reitoria, para que este Poder possa posicionar-se quanto à liberação dos recursos do Estado e quanto aos atos dos administradores daquela Fundação Estadual".

Era o que tínhamos, Sr. Presidente, para a oportunidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lendo):

"O governo do General Geisel procurou e achou um lugar na história brasileira. Será Lembrado como um governo de transição, um começo da transição política da violência arbitrária para a democracia.

Será lembrado como um governo especial que pretendeu arrogar-se o domínio e a autoria dessa transição, escondendo a realidade brasileira, quando essa realidade pressionou e exigiu mudanças que não dependem da vontade e da decisão de pessoas.

Está sendo, ao contrário do que pensam os ingênuos, um governo frio e calculista nos seus objetivos discricionários e impositivos: fazendo concessões que são conquistas populares, entregando direitos que furam a duras penas conseguidos pelo esforço do povo e a consciência das lideranças sociais.

Um governo de estrategistas políticos e econômicos, no sentido que essa palavra "estrategista" tem de negativo: um governo de manobras e despistamentos, utilizando a repressão e a lavagem cerebral através dos meios de comunicação.

Todavia, o General Geisel terá de compartilhar o título de estrategista político com o General Golbery; e o de estrategista econômico com o Doutor Mário Simonsen. Talvez fique o título de rei para seu uso, mas o de governo real para um grupo que tem essas duas lideranças.

O governo atual terá o seu crédito às eleições mais fraudulentas da história brasileira depois de 1930. É muito significativo se lembrarmos que, ainda assim, a maioria do povo brasileiro demonstrou sua capacidade de resistência à opressão e à exploração.

Talvez como o penúltimo grande ato de seu governo (tememos todos o último, que se está delineando no horizonte). Sua Excelência fez baixar um novo pacote econômico, onde está a confissão do verdadeiro sentido de sua presença à testa do governo brasileiro. A verdade límpida do que produziu o governo do general Ernesto Geisel.

Logo depois de seu novo embrulho, o Ministro Mário Henrique Simonsen dizia que "não tem objeções às compensações ao setor nacional, suavizando os reflexos das medidas contencionistas determinadas pelo pacote de novembro". Era uma resposta à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Não faz muito tempo os trabalhadores dos principais centros industriais levantaram suas reivindicações em diálogo direto com o empresariado. O governo, dizendo representar toda a sociedade, alertou que se não intervinha diretamente na questão salarial naquele momento pré-eleitoral, não permitiria válvulas de transferência de custos, para o empresariado. E assim os salários acabaram sendo limitados à conjuntura nacional, à situação das empresas, independentemente da situação desesperada dos trabalhadores. O governo faliu e disse: O ditat.

Vejamos agora, o que diz o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticoulat, sobre o pacote: Ele considera que a circular do Banco do Brasil que proíbe a abertura de novas linhas de crédito destinadas ao financiamento do café, máquinas agrícolas e o desconto de promissórias até 31 de dezembro, deverá causar muitas dificuldades aos produtores. E a medida contradiz as afirmativas de que a agricultura brasileira já pode viver com seus próprios recursos e com os recursos obtidos no mercado financeiro, motivo de medidas financeiras em passado recente. Afinal, nossa agricultura às vezes é capitalista; outras vezes é subdesenvolvida, segundo a lógica e a oportunidade de governo.

Mas, entendamos que a Sociedade Rural Brasileira representa principalmente a agricultura dita desenvolvida e não o pequeno e médio agricultor brasileiro. Para estes a inflação, o aumento do custo de vida e a recessão ainda maior do crédito, ao lado dos juros extorsivos, chegou ao afogamento.

O conceituado colunista econômico Joelmir Betting pode melhor dizer o que representa o embrulho editado pelo governo atual. Diz ele: o "pacote" leva jeito de pacto de cavalheiros entre o poder político do Estado e o poder econômico das empresas. De um lado as restrições. De outro, as compensações...

... "Tanto assim que o bloco das compensações tende a centralizar a suposta eficácia antiinflacionária das restrições, trocando a ameaça da inflação pelo mal maior da estagflação..."

... "Assim sendo, o "pacote" dará com a direita o que tirou com a esquerda: a empresa passará a pagar mais caro pelo crédito bancário, mas poderá ganhar o direito de repassar o custo real do dinheiro para o preço final do produto..."

E... "O aumento do custo real do dinheiro, cuja tomada é impostergável nesta altura do calendário dos negócios, será repassado automaticamente, com o sinal verde da Comissão Interministerial de Preços, para o preço final dos bens e serviços em geral."

E arremata sobre esse novo embrulho:

... "o que entendo é que estamos diante de um processo sibilino de concentração de renda. E não mais de renda em expansão, mas de renda em recessão, o que é muito mais grave."

E caraceteriza assim o "pacote": "Um pacote feito de jejum de crédito, de sangria de juro, de expiação do consumo, de abstinência do emprego, de flagelação do salário, de cruz pesada da carestia financeira". É o calvário de quem não tem como participar da decisão nem como repassar o tranco das restrições - a massa assalariada, o elo perdido da "economia sem povo..."

Eis a pincelada que marca o final do governo que aí está. A marca que distingue esse governo ante o povo e alguns grupos e setores que o apoiam.

Há coisas que falam muito alto. O governo dos pacotes e embrulhos está falando no estertor de suas contradições."

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que tínhamos a argumentar.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias).-Consulto o Sr. Deputado Del Ciel, se quer fazer uso dos minutos que lhe restam no Grande Expediente.

O SR. DEL CIEL - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias).-Havendo declinado, consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. RENATO BERNARDI - Declinamos.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias).-Tendo declinado, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 63/76, de autoria do Deputado WILSON FORTES e o Projeto de Lei nº 136/75, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, ambos criando o Município de DOURADINA, com território desmembrado do Município de MARIA HELENA, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por maioria. Em regime de urgência. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/76, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE LAR BELÉM, com sede e foro no Município de NOVA SANTA ROSA. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em discussão. - Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias) Sr. Deputado Facci, esta Presidência colocou em votação o Projeto de Lei nº 125/76. Vossa Excelência pretendia discutir ou encaminhar à

votação do referido projeto.

**Aprovado**, o Projeto de Lei n.º 125/76.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO”, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/78, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública a “CASA TRANSITÓRIA FABIANA DE JESUS”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/78, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o INSTITUTO PIO XII, com sede na cidade de Quatro Barras, e forum nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública o “CENTRO SOCIAL DE BEM ESTAR AO MENOR DE BARRAÇÃO E DIONÍSIO CERQUEIRA”, com sede e foro na cidade de Barracão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE GOIOERÊ”, com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114/78, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina BENEDITO LÚCIO MACHADO, a rodovia que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina, ao Distrito de Platina, no mesmo Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM EMENDA, por unanimidade.— Em votação a Emenda.— **Aprovada**.— Em votação o projeto.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Sociedade Civil “BOCA MALDITA”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/78, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAVAÍ-APAE”, com sede e foro na cidade de Paranavaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/78, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/78, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública o “RECANTO DOS VELHINHOS DE CIANORTE”, com sede e foro na cidade de Cianorte-Pr. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a “TENDA ESPIRITUALISTA DE UMBANDA INHAÇÃ”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/78, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública as “OBRAS SOCIAIS DE IBEMA”, com sede e foro no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 15/78, ex-Proposição n.º 100/78 — aprova o convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de Balsa Nova, objetivando aplicação de recursos que especifica, visando a melhoria do sistema de transportes naquela Comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 113/78 — aprova o convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, com o Município de Mallet, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual de Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 24/78, ex-Proposição n.º 180/78 — aprova convênio de Auxílio e Cooperação n.º 20/70, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de União da Vitória, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, visando a melhoria do sistema de transporte urbano naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, dispõe sobre subvenção anual à Associação das Assembleias Legislativas do Brasil — ASALB e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 205/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Jandaia do Sul, visando a execução de Cursos Supletivos FASE II do Projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 206/78 — aprova

convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PEABIRU, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 68/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Tijucas do Sul, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 89/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de JUNDIAÍ DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 239/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 113/78 — ex-Proposição n.º 415/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando proporcionar ao Estado, cooperação técnica e financeira com vistas a elaboração do projeto “PLANO ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o Sistema de “PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE”, contra qualquer agente poluidor ou perturbador e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.M.A., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que acresce do parágrafo único, conforme especifica, ao artigo 10 e dá nova redação ao artigo 13 da Lei n.º 6639, de 05/12/74. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.F. e C.F., por unanimidade.— **COM SUBSTITUTIVO da C.C.J.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em votação o Substitutivo.— Aprovado. Em votação o Projeto.— Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/77, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública o LAR FABIANO DE CRISTO, entidade mantenedora da Casa Assistencial Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 116/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR FABIANO DE CRISTO, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, entidade mantenedora da Casa Assistencial Colméia

Natálio Liberato, da cidade de Antonina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Nelson Buffara.

#### JUSTIFICATIVA:

O Lar Fabiano de Cristo, que se pretende declarar de utilidade pública, tem por fim promover a integração criança-família, orientada pelos princípios de que “a vida em família é a mais alta expressão da civilização” e de que “nenhuma criança deverá ser retirada do lar, apenas por motivo de pobreza”.

Fiel a esses princípios básicos, firmados em Congresso (Conferência da Casa Branca, em 1909, e ONU), o Lar Fabiano de Cristo, tem sua sede no Rio de Janeiro, mantém casas assistenciais espalhadas por todo o território brasileiro. Trata-se de entidade cuja obra vem permitindo colaborar para dar uma nova dimensão à obra de assistência à criança em nosso País. E no Paraná, a sua política assistencial se faz sentir através da Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina, que muitos e relevantes serviços tem prestado à sociedade local.

Estando a referida entidade com sua situação jurídica em ordem, e preenchendo os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, parece-nos justa a medida que preconizamos neste projeto de lei, que ora submetemos à apreciação e deliberação desta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### PROJETO DE LEI N.º 116/77

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, o presente Projeto de Lei n.º 116/77, que tem por finalidade declarar de utilidade pública o “LAR FABIANO DE CRISTO”, com sede na cidade de Antonina.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/77 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de PROCURADORES E ADVOGADOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. (Anexo o Projeto de Lei n.º 176/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 114/78, que versa sobre a mesma matéria). Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

#### PROJETO DE LEI N.º 177/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

#### TÍTULO I

#### DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

#### CAPÍTULO I

#### Da competência

Art. 1.º — À Procuradoria Geral do Estado, integrada à Secretaria de Estado da Justiça na forma do art. 59 da Constituição Estadual, compete, através de seus órgãos:

I—representar judicial e extrajudicialmente o Estado



do Paraná;

II — exercer as funções de consultoria jurídica ao Executivo, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado; e,

III — prestar assistência judiciária gratuita aos necessitados.

Parágrafo Único. As atividades jurídicas da Administração Pública Estadual serão organizadas em sistema, sob a direção da Procuradoria Geral, mediante decreto.

## CAPÍTULO II

### Da estrutura

Art. 2.º - A Procuradoria Geral do Estado tem a seguinte estrutura:

#### I — órgãos superiores:

- a) - Procurador Geral do Estado;
- b) - Conselho da Procuradoria Geral do Estado;
- c) - Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado.

#### II — órgãos de execução:

- a) - Procuradoria Forense;
- b) - Procuradoria Fiscal;
- c) - Procuradoria do Patrimônio;
- d) - Procuradoria Administrativa;
- e) - Procuradoria Trabalhista e Previdenciária;
- f) - Procuradoria de Assistência Judiciária;
- g) - Sub-Procuradorias Regionais;
- h) - Representação Judicial em Brasília.

#### III — órgãos auxiliares:

- a) - Biblioteca;
- b) - Central de Leis;
- c) - Serviço de Pesquisa Jurídica;
- d) - Estagiários da Procuradoria Geral do Estado;
- e) - Centro de Aperfeiçoamento e Divulgação.

#### IV — órgãos de administração:

- a) - Divisão de Administração, compreendendo as seções de Protocolo; Portaria e Zeladoria; Telefonia; Transportes; Pessoal; Datilografia e Mecanografia; Almoxarifado e Arquivo.
- b) - Serviços de Administração das Procuradorias e das Sub-Procuradorias.

## CAPÍTULO III

### Dos Órgãos Superiores

#### SEÇÃO I

##### DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Art. 3.º. A Procuradoria Geral do Estado será dirigida por um Procurador Geral, nomeado pelo Governador dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo Único. O Procurador Geral do Estado tomará posse perante o Governador e será substituído em seus impedimentos e ausências por um Procurador designado pelo Secretário da Justiça.

Art. 4.º. Compete ao Procurador Geral do Estado:

I - representar o Estado do Paraná em qualquer Juízo ou instância nas causas em que o mesmo for autor, réu, assistente, oponente, ou de qualquer forma interessado;

II - receber citações, intimações e notificações nas ações propostas contra o Estado do Paraná;

III - desistir, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitação, mediante prévia e expressa autorização do Governador do Estado;

IV - avocar a defesa de interesse do Estado em qualquer ação ou processo, bem como atribuí-la a Procurador especialmente designado;

V - propor ao Governador, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça, o encaminhamento de solicitação ao Procurador Geral da República, no sentido de formular repre-

sentação ao Supremo Tribunal Federal para avocar causas processadas em quaisquer juízos ou tribunais, quando ocorrerem as hipóteses previstas no art. 119, inc. I, alínea "o" da Constituição Federal em vigor;

VI - propor ao Governador, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça, a declaração de nulidade ou a revogação de atos administrativos;

VII - propor as medidas necessárias ao aperfeiçoamento da defesa judicial ou extrajudicial do Estado;

VIII - despachar o expediente da Procuradoria Geral do Estado com o Secretário da Justiça e entender-se com os demais Secretários de Estado sobre assuntos das respectivas Pastas, relacionados com as atribuições da Procuradoria Geral;

IX - propor as medidas necessárias à uniformização da jurisprudência administrativa e à organização das respectivas súmulas;

X - apresentar ao Secretário de Estado da Justiça, informações sobre os serviços da Procuradoria Geral do Estado;

XI - apresentar ao Secretário de Estado da Justiça a lista de classificações nos concursos de ingresso na carreira de Procurador do Estado, bem como as listas de promoção;

XII - propor a nomeação, exoneração e demissão de servidores administrativos, bem como a dispensa de estagiários.

XIII - manifestar-se sobre os casos de afastamento de Procuradores do Estado, salvo no caso de nomeação para cargo em comissão;

XIV - superintender os serviços da Procuradoria Geral do Estado e fazer as designações necessárias;

XV - dar posse aos Procuradores Chefes, aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, ao Chefe de Gabinete, ao Oficial de Gabinete e ao Diretor de Administração;

XVI - designar os órgãos de exercício dos servidores subordinados à Procuradoria Geral;

XVII - aplicar penas disciplinares aos servidores da Procuradoria Geral do Estado;

XVIII - instaurar sindicâncias ou processos administrativos, de ofício ou por determinação do Secretário de Estado da Justiça, visando apurar irregularidades nos serviços da Procuradoria Geral do Estado;

XIX - exercer as funções de Presidente do Conselho da Procuradoria Geral do Estado;

XX - baixar portarias e expedir instruções, disciplinando as atividades dos órgãos da Procuradoria Geral, dos Procuradores, Sub-Procuradores, Advogados e servidores que nela estiverem lotados ou que estiverem subordinados à sua coordenação, orientação, supervisão, controle e fiscalização;

XXI - dirimir conflitos de competência entre as Procuradorias ou entre estas e as Sub-Procuradorias ou qualquer outros dos órgãos referidos no inciso anterior;

XXII - requisitar transporte para servidores da Procuradoria Geral do Estado, inclusive para o Distrito Federal de outros Estados;

XXIII - organizar e fazer publicar as escalas de substituições nos órgãos da Procuradoria Geral do Estado;

XXIV - exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas;

XXV - conceder férias, licenças e salário-família aos servidores da Procuradoria Geral do Estado;

XXVI - delegar encargos de natureza burocrática ao Diretor de Administração;

XXVII - exercer outras atribuições necessárias ao desempenho de seu cargo.

#### Seção II

##### Do Gabinete do Procurador Geral do Estado

Art. 5.º. O Procurador Geral do Estado terá um Gabinete, que será dirigido por um Chefe de Gabinete nomeado em comissão e que será integrado por um Oficial de Gabinete

e seus servidores designados para esse fim.

Parágrafo único. Funcionário, junto ao Gabinete do Procurador Geral do Estado, uma Seção de Datilografia e uma Seção de Controle de Prazos.

### Seção III

#### Do Conselho da Procuradoria Geral do Estado

Art. 6.º. O Conselho da Procuradoria Geral do Estado compor-se-á de quatro (4) membros, integrantes da carreira de Procurador do Estado.

§ 1.º. O Conselho será presidido pelo Procurador Geral do Estado.

§ 2.º. Os membros do Conselho serão designados pelo Governador, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça, para um mandato de dois anos, vedada a recondução para o período subsequente.

§ 3.º. Os membros do Conselho terão suplentes designados pelo Secretário de Estado da Justiça, por indicação de Procurador Geral, os quais os substituirão em suas faltas ou impedimentos e completarão o biênio em caso de vacância.

Art. 7.º. Ao Conselho da Procuradoria Geral do Estado compete:

I - exercer o poder disciplinar relativamente aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, apreciando transgressões e recomendando as providências cabíveis em cada caso;

II - aplicar as penalidades correspondentes às infrações apuradas, ressalvados os casos de competência do Governador do Estado;

III - organizar, realizar e julgar os concursos para ingresso na carreira de Procurador, bem como promover a seleção de candidatos à remoção e à promoção nas respectivas carreiras;

IV - organizar listas de antiguidade e merecimento para promoção na carreira de Procurador, fazendo a respectiva indicação e podendo, no caso de promoção por antiguidade, recusar o mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

V - pronunciar-se sobre o regulamento da Procuradoria Geral do Estado e suas alterações;

VI - processar e julgar reclamações sobre classificação ou exclusão das listas de concurso para ingresso, ou de remoção ou promoção na carreira de Procurador;

VII - conhecer de representação do Procurador Geral do Estado sobre remoção compulsória, bem como determinar a instauração de sindicância ou processos-administrativos contra integrantes da carreira de Procurador;

VIII - proceder, em caráter permanente, ao controle do merecimento de integrantes da carreira de Procurador do Estado, para efeito de estágio probatório, promoção e outros;

IX - indicar representantes da Procuradoria Geral do Estado para integrar comissões e órgãos de deliberação coletiva ou realizar trabalhos especializados fora da repartição;

X - indicar integrante da carreira de Procurador para exercer o cargo de Corregedor da Procuradoria Geral do Estado;

XI - opinar sobre pedidos de readmissão, reintegração ou reversão às carreiras de Procurador;

XII - conhecer das suspeições e dos impedimentos de Procuradores;

XIII - indicar nomes de integrantes da carreira de Procurador para comissão de processos administrativos e sindicâncias de interesse do Poder Executivo;

XIV - deliberar sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria Geral do Estado, que lhe sejam submetidos pelo titular do órgão.

### Seção IV

#### Da Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado

Art. 8.º. O Corregedor da Procuradoria Geral do Estado,

indicado pelo Conselho entre os integrantes da carreira de Procurador, terá mandato de dois (2) anos, vedada a recondução para o período imediato.

§ 1.º. O Corregedor será nomeado pelo Governador do Estado.

§ 2.º. Além de outras atribuições definidas em regulamento, compete ao Corregedor:

I - realizar correições ordinárias e extraordinárias nos órgãos integrantes da Procuradoria Geral do Estado e nos que forem sujeitos à sua supervisão, orientação, coordenação e fiscalização, com o objetivo de manter a regularidade e eficiência dos serviços, e promover o seu aprimoramento;

II - participar das reuniões do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, sem direito a voto;

III - promover as sindicâncias determinadas pelo Conselho ou pelo Procurador Geral do Estado, para apuração de faltas disciplinares;

IV - presidir as comissões de processos disciplinares;

V - apresentar ao Conselho e ao Procurador Geral relatório das correições e sindicâncias, propondo as medidas administrativas ou disciplinares que julgar convenientes;

VI - baixar instruções, previamente aprovadas pelo Conselho, no sentido de orientar as atividades dos Procuradores;

VII - comunicar ao Conselho os dados e informações de que dispuser e que facilitem a apuração do merecimento individual dos integrantes da carreira de Procurador, por parte do mesmo órgão.

Parágrafo Único. O Corregedor poderá ser auxiliado por funcionário da Procuradoria Geral do Estado.

## CAPÍTULO IV

### Dos Órgãos de Execução

#### Seção I

##### Das Procuradorias

Art. 9.º. As Procuradorias, dirigidas por um Procurador-Chefe designado pelo Procurador Geral do Estado, são incumbidas da defesa judicial e extrajudicial do Estado, dos serviços de consultoria jurídica e da prestação de assistência judiciária aos necessitados.

Art. 10. Os encargos de chefia das Procuradorias serão exercidos por integrantes da carreira de Procurador do Estado.

Art. 11. Compete ao Procurador-Chefe:

I - dirigir, coordenar, supervisionar, orientar, fiscalizar e distribuir os serviços de sua Procuradoria;

II - despachar o expediente de sua Procuradoria com o Procurador Geral do Estado;

III - representar ao Procurador Geral do Estado, sobre o que julgar conveniente ao melhor desempenho das atribuições de sua Procuradoria;

IV - orientar as Sub-Procuradorias Regionais, a Representação Judicial em Brasília e os demais órgãos jurídicos da administração estadual nos assuntos relativos à sua Procuradoria;

V - visar os pareceres emitidos e os trabalhos forenses realizados pela sua Procuradoria, antes de submetê-los à aprovação do Procurador Geral do Estado;

VI - apresentar ao Procurador Geral do Estado relatórios semestrais das atividades de sua Procuradoria;

VII - comunicar por escrito ao Procurador Geral do Estado a solução das causas de interesse do Estado, inclusive dos seus incidentes, e propor fundamentalmente o arquivamento de processo ou expediente administrativo em que se verifique a impossibilidade ou inconveniência de processo judicial;

VIII - exercer quaisquer outras atribuições previstas em lei, regulamento ou delegadas pelo Procurador Geral do Estado.

#### Seção II



## Da Procuradoria Forense

Art. 12. À Procuradoria Forense compete representar e defender o Estado em Juízo, como autor, réu, assistente ou oponente, nas causas de qualquer natureza, com exceção daquelas que sejam da competência de outras Procuradorias.

## Seção III

## Da Procuradoria do Patrimônio

Art. 13. À Procuradoria do Patrimônio compete promover as medidas judiciais ou administrativas destinadas à defesa do patrimônio do Estado.

## Seção IV

## Da Procuradoria Fiscal

Art. 14. À Procuradoria Fiscal compete promover as medidas administrativas e judiciais destinadas à defesa dos interesses fiscais do Estado, bem como a inscrição e execução da dívida ativa.

Parágrafo Único. A representação do Estado nos processos fiscais, que tenham de tramitar em comarcas do interior, onde não exista Sub-Procuradoria Regional, poderá ser atribuída a agente do Ministério Público, observado o dispositivo no art. 46.

## Seção V

## Da Procuradoria Administrativa

Art. 15. À Procuradoria Administrativa compete defender o Estado nas ações sobre matéria de função e serviço públicos, opinando, também, nos processos e expedientes administrativos a eles referentes.

## Seção VI

## Da Procuradoria Trabalhista e Previdenciária

Art. 16. À Procuradoria Trabalhista e Previdenciária compete defender o Estado e orientar a administração nas suas relações com os servidores admitidos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive junto às instituições de previdência.

## Seção VII

## Da Procuradoria de Assistência Judiciária

Art. 17. À Procuradoria de Assistência Judiciária compete a prestação de assistência judiciária aos necessitados, sobre qualquer matéria jurídica, desde que os interesses destes não colidam com os do Estado e suas Autarquias, e na conformidade do que dispuser o regulamento da Procuradoria Geral do Estado.

## Seção VIII

## Das Sub-Procuradorias Regionais

Art. 18. Às Sub-Procuradorias Regionais, subordinadas ao Procurador Geral do Estado, compete:

I - exercer as funções atribuídas às Procuradorias, sob a orientação do Procurador-Chefe competente, nas comarcas das respectivas regiões;

II - exercer funções consultivas junto aos órgãos locais da administração estadual;

III - executar serviços de natureza especial, que lhes sejam cometidos pelo Procurador Geral do Estado.

Parágrafo Único. Às Sub-Procuradorias Regionais serão criadas ou extintas por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral do Estado.

## Seção IX

## Da Representação Judicial em Brasília

Art. 19. À Representação Judicial em Brasília, exercida por advogado contratado, por Procurador ou Procuradores designados, compete intervir nas causas de interesse do Estado

perante os Tribunais Federais e órgãos administrativos superiores sediados na Capital Federal, mediante delegação de poderes do Procurador Geral do Estado.

## CAPÍTULO V

## Seção I

## Da Diretoria de Administração

Art. 20. À Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Estado incumbe a realização de todos os serviços administrativos do mesmo órgão.

## Seção II

## Dos Serviços de Administração das Procuradorias e das Sub-Procuradorias

Art. 21. Aos Serviços de Administração das Procuradorias e das Sub-Procuradorias Regionais incumbe a realização dos serviços administrativos de cada Procuradoria e Sub-Procuradoria Regional.

## CAPÍTULO VI

## Seção I

## Da Carreira de Procurador do Estado

Art. 22. Fica instituída, em Quadro Especial, na Procuradoria Geral do Estado, a carreira de Procurador do Estado, com a seguinte estrutura:

- I - 10 cargos de Procurador de 1.<sup>a</sup> classe;
- II - 15 cargos de Procurador de 2.<sup>a</sup> classe;
- III - 20 cargos de Procurador de 3.<sup>a</sup> classe;
- IV - 25 cargos de Advogado de 1.<sup>a</sup> classe;
- V - 35 cargos de Advogado de 2.<sup>a</sup> classe.

Art. 23. São atribuições privativas dos integrantes da carreira de Procurador do Estado:

I - promover a defesa do Estado em qualquer juízo ou instância;

II - exercer as funções de Procurador-Chefe ou de Corregedor da Procuradoria Geral do Estado;

III - integrar o Conselho da Procuradoria Geral do Estado;

IV - executar os serviços de consultoria previstos no art. 1.<sup>o</sup>, inciso II, desta lei, em grau de maior complexidade;

V - prestar assistência judiciária gratuita aos legalmente necessitados.

Art. 24. Os integrantes da carreira de Procurador do Estado terão exercício na Procuradoria Geral, poderão ser designados para prestar serviços jurídicos em outros órgãos da administração, a juízo do Procurador Geral, e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de quarenta (40) horas de trabalho em dois turnos diários.

Parágrafo único. Fica proibida aos integrantes da carreira de Procurador do Estado a advocacia particular.

Art. 25. O ingresso na carreira de Procurador Geral do Estado far-se-á através dos cargos de advogado de 2.<sup>a</sup> classe, mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Conselho da Procuradoria Geral do Estado, com obediência às normas aplicáveis à matéria.

§ 1.<sup>o</sup>. O edital de concurso estabelecerá o processo para a fixação do peso conferido aos títulos dos candidatos, bem como as demais condições e exigências.

§ 2.<sup>o</sup>. Para inscrição em concurso deverão os interessados comprovar desde logo as seguintes condições:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ser bacharel em Direito e estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil pelo prazo mínimo de dois anos;
- III - estar quite com o serviço militar;
- IV - estar em gozo dos direitos políticos;
- V - ter bons antecedentes, comprovados mediante folha corrida da Justiça dos Estados onde teve domicílio nos últimos dez anos;

VI - ter idade igual ou inferior a quarenta e cinco anos, salvo se já for funcionário público estadual.

Art. 26. O concurso de ingresso terá validade por dois (02) anos, se outro não for aberto antes desse prazo.

§ 1.º. Para a nomeação será obedecida a ordem de classificação no concurso, prevalecendo, no caso de empate, a inscrição mais antiga na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2.º. O termo inicial para contagem do prazo de validade do concurso será o da publicação de sua homologação no órgão oficial.

## Seção II

### Da Promoção

Art. 27. As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas alternadamente por merecimento e antigüidade, entre os candidatos que as requereram, ressalvada a faculdade prevista no art. 7.º, inciso IV, "in fine".

Parágrafo Único. Somente depois de dois (2) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o Procurador do Estado ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

Art. 28. Na aferição do mérito, o Conselho da Procuradoria Geral do Estado considerará os seguintes elementos de preferência:

I - a competência profissional, demonstrada através de trabalhos jurídicos no exercício da função;

II - a dedicação ao exercício da função pública;

III - os diplomas ou certificados: a) - de conclusão de curso de especialização, mestrado, extensão universitária ou equivalente, com duração mínima de dois anos, ministrado por Faculdade de Direito Oficial ou reconhecida, ou por Escola estrangeira de reconhecido valor; b) - de doutor em direito, conferido por Faculdade de Direito oficial ou reconhecida, ou por Escola de Direito estrangeira de reconhecido valor; c) - de docente, por concurso, em Faculdade de Direito Oficial ou reconhecida; d) - de conclusão de curso de especialização, aperfeiçoamento, extensão universitária ou equivalente, com duração mínima de um (1) ano, ministrado por Faculdade de Direito Oficial ou reconhecida;

IV - obra jurídica editada;

V - artigo, comentário ou parecer jurídico publicado em revista especializada de reconhecido valor;

VI - os trabalhos jurídicos realizados no desempenho de suas funções públicas;

VII - exercício de cargos ou funções de chefia de órgãos ou setores jurídicos.

Art. 29. O Conselho da Procuradoria Geral do Estado organizará lista, para efeito de promoção por merecimento, entre os que alcançarem melhor classificação, dispostos em ordem de classificação decrescente.

Art. 30. Para a promoção por antigüidade, levar-se-á em conta o maior tempo de serviço na classe imediatamente inferior àquela em que ocorreu a vaga, não se considerando como interrupção do exercício os períodos de férias, luto, casamento, exercício de cargos em comissão, júri, convocação para o serviço militar e licença para tratamento da própria saúde, até cento e oitenta (180) dias.

Art. 31. Ocorrendo empate na classificação por antigüidade, terão preferência, sucessivamente, os candidatos que contêm: a) - maior tempo de serviço na carreira; b) - maior tempo de serviço público estadual; c) - maior tempo de serviço público em geral.

Art. 32. As listas de classificação por merecimento e por antigüidade serão publicadas no órgão oficial, para conhecimento dos interessados, os quais poderão reclamar ao Conselho contra a sua classificação ou exclusão, dentro de oito (8) dias.

Parágrafo Único. Da decisão do Conselho sobre a reclamação não caberá recurso.

## CAPÍTULO VII

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 33. Ficam fixados em Cr\$ 20.280,00, em Cr\$... 18.252,00 e em Cr\$ 16.426,00, os vencimentos dos cargos de Procurador de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, e em Cr\$ 13.140,00 e Cr\$ 11.816,00, os vencimentos dos advogados de 1.ª e 2.ª classe da carreira de Procurador do Estado, respectivamente,

Art. 34. Fica assegurado aos atuais Procuradores da Procuradoria Geral do Estado, o direito à classificação em cargos da carreira de Procurador do Estado, de 3.ª classe, salvo manifestação expressa em contrário, no prazo de dez dias da publicação desta lei.

Art. 35. Os demais cargos da carreira de Procurador do Estado serão providos por Procuradores de 3.ª classe e por integrantes das séries de classes de Advogado do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios das autarquias estaduais, portadores de estabilidade funcional, independentemente de suas atuais classificações, pelo critério de merecimento, mediante concurso interno de provas e títulos.

Art. 36. Nos trinta (30) dias seguintes à publicação desta lei, atendendo às peculiaridades da Procuradoria Geral do Estado, regulamentará o Governador o concurso interno e nomeará a banca examinadora, composta de cinco (5) membros, sob a presidência de um dos nomeados.

Art. 37. Os membros da banca examinadora, não funcionários públicos estaduais, farão jus pelo desempenho de suas funções a honorários correspondentes a um vencimento de Secretário de Estado, cada um, correndo a respectiva despesa pelas dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Justiça.

Art. 38. Ficarão automaticamente extintos, desde a nova investidura, os cargos cujos ocupantes forem providos na carreira de Procurador do Estado.

Art. 39. Nos dois primeiros anos de vigência desta lei não será exigido o interstício previsto no art. 27, parágrafo único.

Art. 40. A Engenheiro, Contador ou outro profissional devidamente qualificado, do Quadro Único ou dos Quadros Próprios, designados para prestar serviços na Procuradoria Geral do Estado, como assistentes-técnicos ou peritos judiciais, será paga gratificação correspondente a 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo vencimento-padrão, durante o período de prestação de serviços ao órgão.

Art. 41. É vedada aos integrantes da carreira de Procurador, para efeito dos respectivos proventos, a aposentadoria voluntária antes de completar dois (2) anos de efetivo e permanente exercício no cargo.

Art. 42. A atual Procuradoria Fiscal da Secretaria de Finanças passa a constituir a Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado, prevista no art. 2.º, inciso II, alínea "b", desta lei, mantendo a mais estreita colaboração com os órgãos fazendários competentes, para o fiel e melhor desempenho de suas atribuições.

Art. 43. Ficam criados, no Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado: a) - dois (2) cargos em Comissão, símbolo 1-C, de Chefe de Gabinete do Procurador Geral do Estado e de Diretor de Administração; b) - um (1) cargo de oficial de Gabinete, símbolo 6-C.

Art. 44. Ao Corregedor, aos membros do Conselho, aos Chefes de Procuradorias e de Sub-Procuradorias e ao Procurador designado para exercer funções na Representação Judicial de Brasília será paga uma gratificação mensal, calculada na base de 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo vencimento-padrão.

Art. 45. Aos integrantes da carreira de Procurador do Estado é vedada a percepção das gratificações pela execução de serviços extraordinários e pelo desempenho de encargos especiais.

Art. 46. Das importâncias relativas às condenações na verba de honorários de advogado, devidas nas ações em geral e nas execuções fiscais em favor do Estado, 50% (cinquenta por cento) reverterão à receita eventual do Estado.

Art. 47. Os integrantes da série de classes de Advogado, do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo Estadual, que não se submeterem ao concurso ou que nele

#### EMENDAS

COMISSÃO ESPECIAL (Proj. Lei 177/77)  
EMENDA N.º 01

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O parágrafo único do Art. 24, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 - ...

Parágrafo único -- Fica proibida aos integrantes da carreira de Procurador do Estado a advocacia particular, respeitadas os direitos adquiridos."

Sala das Comissões, em 10/05/78.

(a) MUGGIATI FILHO -- Presidente  
GILBERTO CARVALHO -- Relator

COMISSÃO ESPECIAL (Proj. Lei 177/77)  
EMENDA N.º 02

Emenda ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprima-se o Art. 41.

Sala das Comissões, em 10/05/78.

(aa) MUGGIATI FILHO -- Presidente  
GILBERTO CARVALHO -- Relator

COMISSÃO ESPECIAL (Proj. Lei 177/77)  
EMENDA N.º 03

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Inclua-se no Capítulo VII -- Das Disposições Gerais e Transitórias, o seguinte Artigo:

"Art. -- O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador de 3.ª Classe."

Sala das Comissões, em 10/05/78.

(aa) MUGGIATI FILHO -- Presidente  
GILBERTO CARVALHO -- Relator

#### REQUERIMENTO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Regimentalmente, requeiro vistas ao projeto de lei que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de procuradores e advogados da Procuradoria Geral do Estado

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### OFÍCIO:

OF. 03-C.E.

Curitiba, 11 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Por intermédio do presente, encaminho a Vossa Excelência, para os fins previstos no § 3.º, do Art. 189, do Regimento Interno, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 177/77, que trata da Estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências, com parecer apresentado pelo Senhor Relator e Emendas, aprovados em reunião de 10 do corrente, desta Comissão Especial.

Sem outro particular, aproveito do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(a) MUGGIATI FILHO  
Presidente

não obtiverem classificação, serão apresentados à Secretaria de Estado de Recursos Humanos, para os fins de direito.

Art. 48. As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 49. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Fica acrescido ao Art. 36 o seguinte parágrafo único:

"A composição da Banca Examinadora, será integrada por 3 (três) membros de livre escolha do Governado do Estado; 1 (um) membro representante da OAB, Seção do Paraná; e 1 (um) representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(aa) MAURÍCIO FRUET  
NILSO SGUAREZI

#### EMENDA DE PLENÁRIO N.º 02

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprima-se o parágrafo único do art. 24.

#### JUSTIFICATIVA:

Esse parágrafo único proíbe ao Procurador do Estado a advocacia particular. Todavia, o exercício da advocacia regulamentado pelo respectivo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 4.215, de 27.04.63), onde constam as proibições e impedimentos legais ao exercício da profissão de advogado.

Por outro lado, o Procurador do Estado (que pelo referido Estatuto está impedido de procurar contra a Fazenda Pública), ao contrário do Juiz de Direito ou do Promotor de Justiça, não tem outros impedimentos ou proibições, eis que sua única atribuição é de advogar em favor do Estado. E o exercício da advocacia particular, em vez de um empecilho, é uma excelente atividade para manter o Procurador do Estado em dia com a realidade forense, pelo exercício da militância ativa.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### EMENDA DE PLENÁRIO N.º 03

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Suprima-se a parte final do art. 24, verbis:

"e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de quarenta (40) horas de trabalho, em dois turnos".

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalho do Procurador, ou Advogado não se mede por horas. Nem pode ele ficar jungido ao cumprimento de um horário rígido numa repartição como qualquer funcionário administrativo, pela natureza especial de suas atividades, que exige idas e vindas ao Tribunal, aos Cartórios, consultas em bibliotecas, trabalho de gabinete etc.

A produtividade do Procurador se mede pelo número de processos que atende e a qualidade do serviço forense que apresenta, ou dos pareceres que emite.

Não tem razão de ser, portanto, a obrigação de que cumpra oito (8) horas diárias, em dois turnos, de serviço na Procuradoria Geral do Estado, o que, se viesse a ser transformado em lei, seria um desserviço à produtividade e ao bom desempenho do trabalho especializado dos Procuradores.

De resto, as carreiras funcionais que não se regem pelo Estatuto próprio, se subordinam, quanto à jornada de trabalho pelo Estatuto dos Funcionários Públicos em vigor.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 04

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se à emenda n.º 03 da Comissão Especial o seguinte dispositivo:

"Parágrafo único — os advogados aposentados nos níveis 26 e 27 ou correspondentes aos atuais 26 e 27, terão seus proventos de inatividade reajustados, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de advogado de 2.ª classe."

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

A douta Comissão Especial propõe entre as sugestões de emendas acolhidas a que prevê o reajuste, do valor dos proventos de quem se aposentou nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado.

Agiu com Justiça a Comissão entretanto, s.m.j. para que a mesma seja completa, necessário se faz, também, a inclusão dos advogados aposentados em final de carreira, que exerciam igualmente funções de representação do Estado, assinando peças processuais em Juízo.

Ratificando justificativa anteriormente apresentada, lembramos os esforços e dedicação destes, que, excluídos do plano de reclassificação dos cargos da atividade, da mesma categoria funcional, são prejudicados em seus direitos de condições de enfrentar as dificuldades da instabilidade monetária resultantes.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 05

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O Art. 35, com dois parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 35 — Após o enquadramento, previsto no Artigo anterior, os cargos de Procurador de Advogados, constantes do Art. 22, serão preenchidos, pelos integrantes da carreira, no critério de merecimento, independente de suas atuais classificações.

§ 1.º — Para esse provimento, o Procurador Geral remeterá, ao Governador do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, dentro de trinta (30) dias, da publicação desta Lei, a competente lista nominal dos classificados, obedecidos, na aferição do mérito, os critérios indicados no Art. 28.

§ 2.º — Os remanescentes, das séries de classes de Advogado, do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, enquadrados, provisoriamente, no cargo de Advogado de 2.ª Classe, ficarão lotados na Procuradoria Geral do Estado, podendo ingressar na carreira de Procurador do Estado, alternadamente, por merecimento e antigüidade, de acordo com o Art. 27 usque 32, da presentí Lei."

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

Com essa redação, fica, definitivamente, extinto o concurso interno proposto na Mensagem, por inconseqüente e destituído de qualquer fundamento, eis que viria atingir advogados, todos com mais de vinte anos de serviço, no cargo, grande parte com mais de trinta anos na função e alguns com até quarenta e cinco anos de serviço, todos, comprovadamente, capacitados a exercer a profissão, porque, a contrário senso, não estariam mais no Quadro da Procuradoria Geral do Estado.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 06

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O Art. 34 passa a ter a seguinte redação, ficando acrescido de um parágrafo único:

"Art. 34 — Fica assegurado aos atuais Procuradores e Advogados, do Quadro da Procuradoria Geral do Estado e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, o direito à classifi-

cação, respectivamente, em cargos da carreira de Procurador do Estado de 3.ª Classe e de Advogado de 2.ª Classe, salvo manifestação em contrário, pelo prazo de dez (10) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único — Ficarão, automaticamente, extintos os cargos de Advogado de 2.ª Classe, que se vagarem, até o limite de trinta e cinco (35) cargos, previstos no inciso V, do Art. 22, do Capítulo VI, Seção I."

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

O Art. 34 está a exigir uma nova redação. É que, o texto original abriga um tratamento desigual, e, portanto, obviamente intolerável. Com efeito, na Procuradoria Geral do Estado, Advogados e Procuradores têm as mesmas atribuições e iguais encargos, mas a mensagem propõe, desigualmente, enquadramento automático dos atuais Procuradores no cargo de Procurador de 3.ª Classe — com vencimentos assegurados, frise-se, ao passo que os advogados ficam sujeitos à realização de concurso interno, visando à classificação, no restrito quadro proposto. Como medida de equidade e justiça, há que se enquadrar também, provisoriamente, os advogados atuais no cargo de Advogado de 2.ª Classe, até que se processe a classificação definitiva. De outro tanto, pelo parágrafo único sugerido, serão extintos, automaticamente, os cargos de Advogado de 2.ª Classe que vagarem por qualquer motivo. Com isso, já se opera uma redução de 35 cargos no Quadro da Procuradoria Geral do Estado.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 07

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprima-se o Art. 45, do Projeto de Lei Complementar n.º 177/77.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda está em consonância com aquela, que também subscrevi, que visa dar nova redação: ao Art. 24, pela qual os integrantes da carreira de Procurador do Estado ficarão sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas e meia (32 1/2) horas de trabalho. A prevalecer o Art. 45, cuja supressão se propõe, os advogados ficarão privados do direito à percepção de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, extensão de jornada de trabalho prevista no Art. 172, II, da Lei n.º 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Haveria, destarte, o mesmo conflito já aludido entre uma regra particular e uma norma geral que trata da matéria.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 08

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O Art. 24 e seu parágrafo único, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 24 — Os integrantes da carreira de Procurador do Estado terão exercício na Procuradoria Geral, podendo serem designados para prestar serviços jurídicos em órgãos da administração, a juízo do Procurador Geral, e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas e meia (32 1/2) horas de trabalho.

Parágrafo único — Fica vedado o exercício da advocacia particular, aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, respeitados os direitos adquiridos."

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

O Art. 24, com a redação proposta no Projeto, colide com norma geral constante do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado. Com efeito, a jornada normal de trabalho, do funcionário público civil do Estado, é de trinta e duas e me-

(32 1/2) horas semanais, alcançando quarenta (40) horas, quando, nela, se inclui o tempo de serviço extraordinário ou na hipótese do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 53, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16/11/1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado).

Por outro lado, a vedação à advocacia particular, de que trata o texto do parágrafo único, do mesmo Art. 24, vem a ferir direitos adquiridos e, conseqüentemente, desconstitui situações juridicamente consolidadas.

#### EMENDA DE PLENÁRIO N.º 09

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Incluem-se, no Capítulo VII — das Disposições Gerais e Transitórias, um Artigo e um parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. — O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador de 1.ª Classe.

Parágrafo único — Os advogados aposentados nos níveis 26 e 27, terão seus proventos de inatividade reajustados, de ofício, na base dos vencimentos dos cargos de Advogado de 2.ª e 1.ª Classes, respectivamente.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

O reajustamento dos proventos, na forma indicada no Artigo e parágrafo único propostos, dos funcionários aposentados nos cargos ali mencionados, constitui medida da mais elementar justiça, pois, apesar de terem prestado relevantes serviços à causa pública, percebem vencimentos verdadeiramente irrisórios e incompatíveis com as funções que exerceram. O próprio governo federal tem estendido, aos aposentados, os benefícios decorrentes das alterações das respectivas carreiras, encerrando, assim, honrosamente, episódio idêntico com integrantes das carreiras de Diplomata, Procuradores da União e outras.

Dessa maneira, a emenda contém as regras fundamentais que devem reger o tratamento a ser dispensado aos inativos.

#### EMENDA DE PLENÁRIO N.º 10

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprimam-se os Artigos 36, 37 e 47, do Projeto de Lei Complementar n.º 177/77.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A supressão proposta, dos Arts. 36, 37 e 47, é decorrência necessária da nova redação sugerida para o Art. 35, pois o texto, em face da modificação, extingue definitivamente o concurso interno para efeito de provimento.

#### EMENDA N.º 01

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o artigo 6.º, “caput”, pelo seguinte:

“Art. 6.º — O Conselho da Procuradoria Geral do Estado compor-se-á de quatro (4) membros, integrantes da carreira de Procurador do Estado, sendo dois (2) de 1.ª classe, um (1) de 2.ª classe e um (1) de 3.ª classe.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O Art. 7.º, enumerando a competência do Conselho, dá-lhe poderes para apreciar problemas de ordem disciplinar; aplicar penalidades; organizar e julgar concursos, bem como organizar listas de antigüidade e merecimento, processando e

julgando reclamações sobre classificação, entre outros relevantes encargos.

Não é justo que defira tantos poderes aos ocupantes dos cargos iniciais de carreira, podendo, inclusive, ocorrer a possibilidade de que os quatro (4) mais modernos venham a integrar simultaneamente o Conselho, fato que viria, inegavelmente, desprestigiar os mais antigos.

A fórmula proposta parece-nos mais justa e oportuna, dentro do objetivo a que se destina tal Conselho.

#### EMENDA N.º 2

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se § 4.º ao artigo 6.º, dispondo:

“§ 4.º — O suplente designado para completar o biênio quando a vacância ocorrer após o início do último semestre poderá concorrer à recondução como efetivo.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Não é justo que um suplente seja impedido de ser aproveitado como efetivo no biênio seguinte, salvo se ocupar esse cargo por período superior a seis (6) meses.

#### EMENDA N.º 3

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o item IV do artigo 7.º, pelo seguinte:

“IV — organizar listas de antigüidade e merecimento para promoção na carreira de procurador, procedendo à respectiva indicação.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A recusa do mais antigo, por decisão dos próprios colegas parece dar vazão a decisões políticas e defesa de interesses pessoais, em detrimento à aplicação das demais normas já existentes, consistindo em flagrante lesão ao direito adquirido.

#### EMENDA N.º 4

Substitua-se o item VI, do artigo 7.º, pelo seguinte:

“VI — processar e julgar, em primeira instância, reclamações sobre classificação ou exclusão das listas de concurso para ingresso ou de remoção ou promoção na carreira de Procurador.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Evidente, tratando-se de comissão formada pelos próprios integrantes de carreira de Procurador, sua decisão não será final, devendo ficar expressa a possibilidade de interposição de recursos.

#### EMENDA N.º 5

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se §§ 4.º e 5.º ao artigo 8.º, corrigindo-se o texto onde diz “parágrafo único” para § 3.º, da seguinte forma:

“§ 3.º — O Corregedor poderá ser auxiliado por funcionário da Procuradoria Geral do Estado.

§ 4.º — Em caso de vacância, o cargo de Corregedor será ocupado pelo Procurador mais antigo, até ser procedida nova nomeação.

§ 5.º — Se a vacância ocorrer após o início do último semestre do biênio, o Corregedor nomeado na forma do parágrafo anterior poderá ser reconduzido.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Por um novo equívoco na elaboração do anteprojeto,

aparece um "parágrafo único" após o § 2.º.

Da mesma forma, no caso de vacância, a Corregedoria não poderá ficar acéfala até a nomeação de novo titular.

O critério de substituição que propomos, parece vir complementar o artigo 8.º.

#### EMENDA N.º 6

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Suprima-se do parágrafo único do artigo 14, as seguintes expressões:

"observado o disposto no artigo 46".

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Essa parte final do texto parece colidir com o disposto no Estatuto do Ministério Público.

Por outro lado, o problema da participação na verba de honorários, poderá ser tratado independentemente de constar expressamente no texto desta lei, a fim de evitar-se situação semelhante à da cédula rural, conhecida nos meios forenses.

#### EMENDA N.º 7

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o parágrafo único do artigo 18, pelo seguinte:

"Art. 18 — ...

Parágrafo único — As Sub-Procuradorias Regionais serão criadas ou extintas por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral do Estado, cujos cargos serão criados por lei."

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Evidentemente, a criação de Sub-Procuradorias importará no deslocamento de funcionários ou na criação de novos cargos.

Dando-se poderes totais ao Chefe do Executivo, estaremos, não só desprestigiando o Poder Legislativo, como criando uma situação jurídica irregular.

Além do mais, a delegação de poderes para a criação de cargos é vedada pela Constituição Estadual.

#### EMENDA N.º 8

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o texto do artigo 19, pelo seguinte:

"Art. 19 — À Representação Judicial em Brasília, exercida preferencialmente por Procurador ou Procuradores designados e, eventualmente, por advogado contratado, compete intervir nas causas de interesse do Estado perante os Tribunais Federais e órgãos administrativos superiores sediados na Capital Federal, mediante delegação de poderes do Procurador Geral do Estado."

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado não terá Procuradores de confiança?

E o dispêndio de honorários?

Vamos prestigiar, inicialmente, os nossos advogados, e, somente nos valer de alienígenas, na impossibilidade total ou extrema necessidade de contratar-se juristas de renome nacional quando os nossos, por qualquer motivo, não possam acompanhar os feitos naquela superior instância.

#### EMENDA N.º 9

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o § 1.º do artigo 26, pela seguinte redação:

"Art. 26 — ...

§ 1.º — Para a nomeação, será obedecida a ordem de clas-

sificação no concurso, prevalecendo, no caso de empate, a data da inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil. Persistindo o empate, serão obedecidos os critérios de desempate previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto prevê apenas um (1) critério de desempate.

Ocorre que deve prevalecer a DATA da inscrição na OAB, e, não o seu número de ordem, pois, é sabido que vários advogados prestam compromisso na mesma data, sendo o número de inscrição irrelevante.

Da mesma maneira, pode ocorrer que sejam apresentadas inscrições de Estados diferentes, cujos números nada possam esclarecer para o desempate.

Lembramos, também, que as inscrições na OAB podem ser feitas desde solicitador acadêmico até a definitiva, esta última, mediante apresentação do diploma devidamente registrado.

Por outro lado, dada a possibilidade de permanecer o empate, nada mais justo do que se adotar os critérios de desempate previstos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, Lei Complementar regulamentadora dessa matéria.

#### EMENDA N.º 10

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o artigo 27 e seu parágrafo único, pelo seguinte, suprimindo-se o artigo 39:

"Art. 27 — As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas alternadamente por merecimento e antiguidade.

§ 1.º — Somente depois de dois (2) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o Procurador do Estado ser promovido por qualquer dos critérios indicados neste artigo.

§ 2.º — Se dentro da mesma classe não houver nenhum integrante com interstício cumprido, todos poderão concorrer para promoção, independentemente do prazo previsto no parágrafo anterior."

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A faculdade prevista no artigo 7.º, inciso IV, "in fine", é aquela que permite a recusa do mais antigo pelo "voto imparcial" de apenas quatro (4) de seus próprios colegas, todos eles em posição hierarquicamente inferior...

Quanto aos parágrafos, por si só justificam a proposição, sendo que o § 2.º deixa melhor situado, neste plano de lei, o disposto no artigo 39.

#### EMENDA N.º 11

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se no artigo 31, alíneas "d" e "e", com a seguinte redação:

"Art. 31 — ...

a) — ...

b) — ...

c) — ...

d) — com maior prole;

e) — com mais idade."

Sala das Sessões, em maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Tais itens estão expressos no artigo 83, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), em complemento à sequência já adotada no plano de lei que ora se discute.

#### EMENDA N.º 12

Ao Projeto de Lei n.º 177/77



Acrescente-se ao artigo 32, parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 32 — ...

Parágrafo único — A decisão do Conselho será proferida em 15 (quinze) dias, e havendo voto divergente, caberá recurso em 8 (oito) dias ao Secretário da Justiça, que decidirá em 15 (quinze) dias.

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho, conforme ficou esclarecido nas emendas anteriores, é formado por colegas do reclamante. Logo, deve ser previsto recurso final para autoridade maior, no caso, o Secretário de Estado.

Por outro lado, a fixação de prazos é uma exigência da lógica processual e visa evitar a delonga nas decisões, a fim de que não haja prejuízos às partes, nem emperramento dos objetivos da norma em exame.

EMENDA N.º 13

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se a redação do artigo 36, pela seguinte:

"Art. 36 — Nos 30 (trinta) dias seguintes à publicação desta lei, atendendo às peculiaridades da Procuradoria Geral do Estado, o Poder Executivo regulamentará o concurso interno e nomeará a banca examinadora, composta de 5 (cinco) membros, que, sob a presidência de um deles, eleito entre si, aplicará a prova e divulgará os resultados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de concurso público de alto nível, os membros da banca examinadora deverão ter autonomia para eleger seu presidente.

Por outro lado, de nada adiantaria prever-se prazo para início do concurso, sem estabelecer o seu término, o que seria uma incongruência.

A emenda proposta virá sanar essa particularidade jurídica.

EMENDA N.º 14

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... — Computar-se-á, para todos os efeitos legais, o tempo de advocacia, até o máximo de 10 (dez) anos, comprovado pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social, ou certidões expedidas por cartórios do foro judicial, para ocupantes de cargos efetivos para o qual se exige habilitação de Bacharel em Direito."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA: —

O texto ora apresentado, é o mesmo do Projeto de Lei que assinamos em conjunto com os deputados Accioly Neto, Enéas Faria e Luiz Gabriel Sampaio, o qual está tramitando nesta Casa.

Idêntica norma já vem sendo aplicada em nosso Estado, através do disposto no artigo 132 do Código de Organização e Divisão Judiciárias, cujo texto é oriundo do artigo 140, da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1.968.

A carreira de Procurador ou de Advogado, a exemplo do Ministério Público, deve ser contemplada com idêntico benefício, o qual, por razões desconhecidas, no momento é deferido tão somente aos magistrados do Paraná.

EMENDA N.º 15

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o artigo 40, pelo seguinte:

"Art. 40 — A Engenheiro, Contador ou outro profissional devidamente qualificado, do Quadro Único ou dos Quadros Próprios, designados para prestar serviços na Procuradoria Geral do Estado, como assistentes-técnicos ou peritos judiciais, será paga gratificação correspondente a 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo vencimento-padrão, durante o período de prestação de serviços no órgão, bem como 50% (cinquenta por cento) da verba de honorários de perito fixados nas ações em que funcionarem e nas quais seja dado ganho de causa ao Estado."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Se os Bachareis em Direito podem participar da metade da condenação na verba de honorários, por que não deferir-se semelhante benefício aos peritos?

EMENDA N.º 16

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Suprima-se o artigo 41.

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

É inteiramente inconstitucional!!!

EMENDA N.º 17

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... — No caso de promoção da classe inicial da carreira de advogado, o primeiro desempate será determinado pela classificação obtida no concurso interno."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

É critério semelhante ao adotado pelo artigo 83, parágrafo único da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77. PARECER ÀS EMENDAS DE PLÊNÁRIO.

Conforme o disposto no Art. 189, § 3.º do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, recebeu no prazo previsto, um total de 10 Emendas de Plenário, ficando outras 17 Emendas anexadas ao processo, com a pendência para o seu recebimento à cargo desta Comissão Especial.

Analisando-se as emendas apresentadas de n.ºs 01 a 10, que diversas emendas apresentadas, foram debatidas em reuniões do Projeto ora em exame. Em razão das Emendas apresentadas e acatadas pela Comissão, que receberam os n.ºs 01, 02 e 03, o nosso parecer em relação às Emendas de Plenário é CONTRÁRIO, opinando-se pela REJEIÇÃO DAS MESMAS.

Com relação às demais Emendas apresentadas em n.º de 17, constantes das fls 88 à 104 do Processo, julgamos as mesmas prejudicadas face a sua apresentação fora do prazo regimental, opinando-se pelo seu não recebimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1.978.

MUGGIATI FILHO

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77. PARECER DO VOTO VENCEDOR ÀS

EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 04,05,06 e 10.

De acordo com o § 5.º do Art. 60, do Regimento Interno, emitimos o nosso parecer favorável às Emendas de Plenário, de n.ºs 04,05,06 e 10, ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata sobre a Estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

A Emenda n.º 4, aditiva à Emenda n.º 03 da Comissão Especial, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade acrescentar parágrafo único, concedendo aos Advogados aposentados, nos níveis 26 e 27, ou correspondentes aos atuais 26 e 27, reajustamento, de ofício, dos seus proventos de inatividade, na base dos vencimentos do cargo de Advogado de 2.ª Classe.

As Emendas de n.ºs 05, 06 e 10 de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, tratam sobre a extinção do concurso interno proposto no projeto.

De acordo com as justificativas apresentadas, são das mais meritórias a sua inclusão ao bojo do Projeto, o que sem dúvida alguma servirá para beneficiar e dar melhores condições a inúmeros funcionários quer inativos, quer na atividade, e que muito têm contribuído em prol do Estado, com seu dedicado trabalho.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, acima citadas de n.ºs 04,05,06 e 10.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1.978.

MUGGIATI FILHO

Presidente

MAURÍCIO FRUET

Relator designado

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR  
O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77  
P A R E C E R

Originário da Mensagem Governamental n.º 131/77, o presente Projeto de Lei n.º 177/77, tem por finalidade dar nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

Autuado como Projeto de Lei e encaminhado à Douta Comissão de Constituição e Justiça em 12/12/77, esta Comissão, através de requerimento de nossa autoria, designados que ali fomos para tal matéria, por força de dispositivo constitucional (Art. 26 - parágrafo único), estaria enquadrado entre as Leis Complementares, e desta forma vinculada a rito especial de apreciação e tramitação por esta Casa. Nestas condições, é que a atual Comissão Especial o recebeu para apreciá-lo.

Inicialmente, temos que a competência do Chefe do Poder Executivo para matérias desta natureza está prevista na Constituição Estadual, através de seus Arts. 25, 35 e 47.

Quanto à caracterização da matéria, entendida como Lei Complementar, temos que, face à estrutura estabelecida pelo Projeto de Lei, reformulando a Procuradoria Geral do Estado, e atribuindo-lhe nova estrutura com conotações de normas estatutárias, enquadra-se a mesma nas condições das Leis que devem se sobressair sobre as Leis ordinárias, introduzidas na Constituição Estadual, através da Emenda n.º 3, no citado art. 26, obedecendo desta forma rito especial para sua apreciação e aprovação por esta Assembléia.

De acordo com a justificativa encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo, tal reformulação estrutural da Procuradoria Geral do Estado, vem a fim de tornar aquele importante órgão público, mais eficiente e atuante, com as reais necessidades materiais e humanas, que a atual dinâmica administrativa está a imprimir em nosso Estado.

Destaca-se entre a previsão contida no Projeto de Lei, uma estrutura mais racional através de definições de compe-

tências tanto dos órgãos superiores, como dos demais de execução, auxiliares e de administração da Procuradoria Geral do Estado, integrada à Secretaria de Estado da Justiça.

Prevê, também, o Projeto a instituição do Conselho da Procuradoria e da Corregedoria, órgãos de importância dentro da estrutura da Procuradoria Geral do Estado, como também, das Sub-Procuradorias Regionais e a Representação em Brasília e que inexistem na sua atual estrutura.

Outro destaque, previsto pelo Projeto de Lei, vem a ser a estruturação das carreiras de Procurador e Advogado do Estado, há longo tempo desejada por aqueles funcionários que dedicam e imprimem seus esforços em prol da defesa judicial do Estado, havendo inclusive tabela de vencimentos mais compatíveis com o exercício daqueles cargos.

Assim, neste nosso parecer, temos que a matéria está em condições de ser aprovada por esta Casa, nos reservando a novas considerações à medida que emendas, que porventura sejam apresentadas, no decorrer da sua tramitação, nos cheguem para nova apreciação.

É o parecer que sobre o Projeto queremos apresentar, com as Emendas que ora propomos, que tem um sentido de sanar algumas deficiências e aprimorá-lo.

Sala das Comissões, em

(aa) MUGGIATI FILHO - Presidente

GILBERTO CARVALHO - Relator

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA  
APRECIAR O PROJETO DE LEI N.º 177/77,  
QUE TRATA SOBRE A ESTRUTURA E QUADRO  
ESPECIAL DE PROCURADORES E ADVOGADOS  
DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Às dez horas do dia oito de junho de hum mil novecentos e setenta e oito, na sala de reuniões das Comissões Técnicas do Anexo do Plenário, sob a Presidência do Deputado Muggiati Filho, e presentes os Senhores Deputados Maurício Fruet e Gilberto Carvalho, realizou-se a reunião da Comissão Especial que trata sobre o Projeto de Lei Complementar que tem por objetivo dar nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, considerada aprovada a ata da reunião anterior, após solicitação de dispensa da sua leitura pelo Deputado Maurício Fruet. Em seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho, relator da matéria, que após esclarecer sobre o número de Emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, apresentou seu parecer contrário às mesmas, bem como julgando prejudicadas e opinando pelo não recebimento das 17 (dezessete) Emendas apresentadas fora do prazo regimental e encaminhadas pela Mesa para decisão do seu recebimento à esta Comissão. Em discussão o parecer, após debates sobre a oportunidade das EMENDAS N.º 04,05,06 e 10, foi rejeitado o PARECER CONTRÁRIO ÀS MESMAS, através de voto de MINERVA, da Presidência, já que se constatou o empate entre os votos dos Deputados Gilberto e Maurício Fruet. Nestas condições, o Senhor Presidente considerou REJEITADO O PARECER AO RELATOR, com relação às EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 04 (fls 78); 05 (fls 79); 06 (fls 81) e 10 (fls 86), e APROVADO COM RELAÇÃO ÀS DEMAIS EMENDAS, bem como considerando prejudicadas as 17 (dezessete) Emendas apresentadas fora do prazo regimental e encaminhadas pela Mesa à consideração a Comissão. Designa, de acordo com o § 5.º, do Art. 60, do Regimento Interno, o Deputado Maurício Fruet, para elaborar parecer do voto vencedor às Emendas de Plenário de n.ºs 04,05,06 e 10. Nesta altura dos trabalhos, registra-se a presença do Senhor Deputado Augusto Carneiro.

o Sr. Presidente determina o encaminhamento do Projeto e Parecer às Emendas à Mesa, a fim de que a matéria siga o seu trâmite regimental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião da Comissão, comunicando que nova reunião será previamente designada e devidamente anunciada, na oportunidade em que o Projeto retorne para a elaboração da sua Redação Final, da qual, para constar, eu, Laertes Luiz Foggiato, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será por mim e pelo Senhor Presidente, assinada.

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente

Laertes Luiz Foggiato — Secretário

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 177/77  
PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO

Conforme o disposto no Art. 189, § 3º do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar nº 177/77, recebeu no prazo previsto, um total de 10 Emendas de Plenário, ficando outras 17 Emendas anexas ao processo, com a pendência para o seu recebimento a cargo desta Comissão Especial.

Analisando-se as emendas apresentadas de números 01 a 10, as quais foram encaminhadas dentro do prazo regimental, temos que diversas emendas apresentadas, foram debatidas em reuniões desta Comissão Especial e consideradas como descabidas ao texto do Projeto ora em exame. Em razão das Emendas apresentadas e acatadas pela Comissão, que receberam os números 01, 02 e 03, o nosso parecer em relação às Emendas de Plenário é Contrário, opinando-se pela rejeição das mesmas.

Com relação às demais Emendas apresentadas em número de 17, constantes das folhas 88 a 104 do Processo, julgamos as mesmas prejudicadas, face a sua apresentação fora do prazo regimental, opinando-se pelo seu não recebimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1978.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 177/77  
PARECER DO VOTO VENCEDOR ÀS EMENDAS DE  
PLENÁRIO Nºs 04, 05, 06 e 10

De acordo com o § 5º do art. 60 do Regimento Interno, emitimos o nosso parecer Favorável às Emendas de Plenário, de números 04, 05, 06 e 10, ao Projeto de Lei Complementar nº 177/77, que trata sobre a estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

A Emenda número 04, aditiva à Emenda número 03 da Comissão Especial, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade acrescentar parágrafo único, concedendo aos Advogados aposentados, nos níveis 26 e 27, ou correspondentes aos atuais 26 e 27, reajustamento, de ofício, dos seus proventos de inatividade, na base dos vencimentos do cargo de Advogado de 2ª Classe.

As Emendas de números 05, 06 e 10, de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, tratam sobre a extinção do concurso interno proposto no Projeto.

De acordo com as justificativas apresentadas, são das mais meritórias a sua inclusão ao bojo do Projeto, o que sem dúvida alguma servirá para beneficiar e dar melhores condições a inúmeros funcionários, quer inativos, quer na atividade, e que muito têm contribuído em prol do Estado, com seu dedicado trabalho.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável às Emendas de Plenário acima citadas, de números 04, 05, 06 e 10.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1978.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Maurício Fruet, Relator

MENSAGEM Nº 114/78

Projeto de Lei nº 176/78  
Curitiba, 10 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 131/77, de 05 de dezembro de 1977, através da qual foi encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa anteprojeto dispondo sobre nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em consonância com reexame procedido na matéria, solicitar seja alterada a redação dos artigos 36 e 37 do citado plano de lei, para a forma seguinte:

“Art. 36 — Os atuais integrantes das séries de classes de Advogado que, no concurso de que trata o artigo 35, obtiverem classificação inferior a 105º (centésimo quinto) lugar, integrarão com os mesmos impedimentos e jornada de trabalho, a 3ª classe da carreira instituída por esta lei, cujos cargos, provisórios, com a denominação de Advogado, extinguir-se-ão à medida que vagarem.

§ 1º — Os vencimentos mensais dos cargos de Advogado de 3ª Classe ficam fixados em Cr\$ 9.850,00 (nove mil e oitocentos e cinquenta cruzeiros).

§ 2º — Os ocupantes da 3ª classe terão acesso às vagas que ocorrerem na 2ª classe de Advogado, obedecida a ordem de classificação de que trata o art. 35.

§ 3º — Para o acesso a que se refere o parágrafo anterior, destinar-se-á metade das vagas ocorridas, realizando-se concurso público de provas e títulos (art. 25) quanto às demais vagas.

§ 4º — A primeira vaga ocorrida na 2ª classe de Advogado, será provida por acesso, na forma dos parágrafos anteriores, e as vagas a serem providas por concurso público serão observada a proporção estabelecida, reservadas de modo que o respectivo concurso seja realizado quando o número de vagas seja igual ou superior a 10 (dez)”.  
“Art. 47 — Os integrantes das séries de classes de Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, que não quiserem ingressar na carreira criada por esta lei, incluída a hipótese do artigo 36, preferindo não sujeitar-se ao concurso, deverão formalizar opção no prazo de dez dias, contados da data da publicação desta lei, sendo, em consequência, relotados à SERH, com a denominação de cargos alterada para “Assistente Jurídico”.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 177/77  
(Estatuto da Procuradoria Geral do Estado)  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 176/78

O presente Projeto de Lei, originário da Mensagem Governamental nº 114/78, aditando à Mensagem nº 131/77, tem por finalidade alterar a redação dos Arts. 36 e 47 do Projeto de Lei nº 177/77, que dispõe sobre a nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

Inicialmente propomos que o presente projeto de lei seja juntado ao Projeto de Lei nº 177/77, atualmente no Departamento Legislativo desta Casa.

Quanto ao teor da Mensagem Aditiva, temos que a mesma vem alterar dispositivo que virá estabelecer melhores condições ao acesso dos Advogados na carreira, integrando uma 3ª classe, os atuais integrantes do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, que no concurso obtiverem classificação inferior a 105º (centésimo quinto) lugar, previsto como número de vagas das séries de 1ª e 2ª classes. Com isso, em grande parte, uma das questões tão discutidas será sanada, razão pela qual esse aditamento estará atendendo e solucionando impasse que o projeto

de lei na sua forma originária criou no seio da carreira dos Advogados do Estado.

As disposições previstas na Mensagem Aditiva, melhor especificam a maneira do enquadramento, como também o estabelecimento do valor do vencimento do cargo de Advogado de 3.<sup>a</sup> classe aqui previsto.

Com isso, quer nos parecer que esse aditamento, por certo encontrará receptividade no seio dos Advogados que atualmente integram o Quadro da Procuradoria Geral do Estado, razão pela qual, opinamos que a matéria está em condições, juntamente com o Projeto de Lei n.º 177/77, de merecer a aprovação desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1978.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

Sobre o referido projeto, existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do citado projeto, por dez sessões.

Esta Presidência deixa de receber o requerimento, com base no artigo 167 do Regimento Interno, parágrafo único.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 177/77.— Encerrada a discussão.— Em votação.— **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede segunda chamada para EXAMES ou AVALIAÇÕES a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, na forma e conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 81/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º — Será concedida segunda chamada de exames ou avaliações a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, desde que a requeiram, no prazo de três dias da realização da primeira convocação, comprovando a ocorrência de um dos seguintes motivos:

- a) doença;
- b) luto;
- c) casamento;
- d) convocação para atividade cívica ou judiciária;
- e) impedimento por princípio de consciência religiosa.

Parágrafo único — A segunda chamada deverá ser fixada de forma a viabilizar a sua realização, isto é, verificada a cessação ou a não repetição do motivo a que der causa.

Art. 2.º — O motivo da alínea "e" do artigo anterior, se levantado antes do início do ano ou período letivos, deverá ser levado em consideração pelos organizadores dos horários das aulas, de modo a evitar, se possível, dificuldades no cumprimento das exigências educacionais aos alunos que pretendam respeitar normas de confissão religiosa, notadamente as de observância a dias de guarda.

Art. 3.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) Ezequias Losso.

#### JUSTIFICATIVA:

Embora a boa vontade de professores e outras autoridades educacionais, a realização de exames ou avaliações em segunda chamada, nos estabelecimentos da rede estadual de ensino, tem sido dificultada pela ausência de um instrumento legal que a autorize.

No vizinho Estado de São Paulo, desde o ano de 1973, vigora a Lei n.º 10.435. A boa experiência verificada com a sua aplicação, sensibiliza-nos a prever, semelhantemente ao legislador paulista, o nobre Deputado Glória Júnior, a doença, o luto, o casamento, a convocação para atividade cívica ou

judiciária e o impedimento por princípios de consciência religiosa, como motivos para fundamentar pedidos de segunda chamada e, este último, também para efeito de organização de horários de aulas.

Crendo ser dispensável abordar os demais motivos, julgamos oportuno ressaltar que a liberdade religiosa se constitui em uma das mais significativas conquistas do elenco dos direitos humanos.

Por isso, as igrejas legalmente constituídas podem anunciar seus princípios, buscando o aperfeiçoamento do homem, em sua relação com Deus e seus semelhantes. Em consequência, a sociedade tem sido sensivelmente beneficiada.

Justo, portanto, que possam os membros de todas as comunidades religiosas, especialmente os jovens, observar as normas que aceitam, dentre as quais, se inclui a guarda do sábado como dia santificado, evitando-se para isso, dificuldades na área de ensino.

Assim, propomos o presente plano de lei, na certeza de seu acolhimento e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 81/78

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei n.º 81/78, tem por finalidade estabelecer para a concessão de exames ou avaliações em segunda chamada, a alunos dos estabelecimentos da rede estadual de ensino, critérios que especifica e dá outras providências.

O plano de lei examinado, está devidamente justificado, atendendo ao que estabelece o Art. 123, do Regimento Interno.

Quanto ao seu aspecto legal e constitucional, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

A respeito da sua oportunidade e de seu mérito, cremos que a Comissão de Instrução Pública poderá melhor determinar se viável ou não a sua aplicação na rede estadual de ensino de nosso Estado.

Nestas condições o nosso parecer é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Waldenício Barbalho, Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS Projeto de Lei n.º 81/78

#### PARECER

O presente plano de lei tem por finalidade estabelecer a possibilidade da realização de provas em segunda chamada em estabelecimentos da rede estadual de ensino.

A legalidade e a oportunidade da medida já foram analisadas pelas Comissões de Constituição e Justiça e Instrução Pública.

No âmbito desta Comissão, nada há a opor à aprovação do projeto, sendo favorável o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI N.º 81/78

#### PARECER

O projeto de lei em análise, tem por objetivo permitir aos alunos de estabelecimento da rede estadual de ensino, a prestação de provas em segunda chamada, nos casos em que especifica, assim como facilitar, se possível, o atendimento a questões de consciência dos estudantes, quando da elaboração dos horários de aulas.

A medida é conveniente e oportuna. Somos, portanto, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1978.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/78, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial da Cidade de Paranavaí, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 155/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes urbanos de n.ºs 06 e 08, da quadra n.º 55, do loteamento de Paranavaí, medindo 15 mts de frente para a rua Alagoas, por 26 mts de lado, fazendo o último lote, esquina com a rua Bahia, respectivamente, com as áreas de 490 m2 e 390 m2, num total de 880 m2, localizados no Município de Paranavaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a lei n.º 7010, de 23/05/78 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) Wilson Fortes.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente doação tem por finalidade dotar a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, de condições para melhor acomodar suas instalações que se situam nos imóveis de propriedade do Estado.

Com isso, aquela Associação terá condições de melhor atender aos seus serviços, e em consequência, dar melhor assistência à comunidade de Paranavaí.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei que, esperamos, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 155/78

#### PARECER

Na sua justificativa ao presente plano de lei, o seu autor já dá notícia de que a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, deseja melhores condições para acomodar suas instalações que “estão situadas nos imóveis de propriedade do Estado”.

Junta, também, recente lei n.º 7010, de maio do corrente ano, a qual autorizou o Poder Executivo a alienar referido imóvel à própria Associação Comercial e Industrial de Paranavaí.

O que se pretende agora é autorização para uma doação, o que em nada atinge a Lei anterior, apenas autorizatória e considerando não ter ocorrido a alienação preconizada, dispondo o presente plano de lei, em seu art. 2.º, sobre a revogação da lei anterior.

Entendemos não existir nenhum impedimento em que possa esta Comissão acolher a matéria, dando-lhe condições de poder ser apreciada e discutida em plenário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar que se encontra nesta Casa, em visita, o mais novo parlamentar, nosso colega, eleito agora em 15 de novembro corrente, Sr. Deputado Nelson Fiori Luiz. Ao Deputado Fiori, nossas boas vindas e uma estada com seus colegas, bem frutífera.

○ SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 179/78.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e da Cultura, encarecendo estudos visando a implantação ou extensão de Curso de 2.º Grau, na sede do Distrito de São Jorge — Município de Altônia.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos com vistas à futura pavimentação da via de ligação entre as sedes do Município de Altônia e do Distrito de São Jorge.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando que este Poder Legislativo formalize requerimento perante o órgão do Ministério Público da Comarca de Paraíso do Norte, no sentido de ser instaurada a competente Ação Penal, contra o Prefeito Municipal de Paraíso do Norte.— Em discussão.

○ SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Fica adiada a discussão, nos termos do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do IBC, no sentido de que sejam revogadas as Resoluções 50 e 52, que beneficiam as exportações de café pelo Paraná.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta por cinco Senhores Deputados, para com urgência e “in-loco”, promova, junto aos dirigentes dos Diretórios e Reitoria da F.U.E.L., a avaliação dos últimos acontecimentos e decisões da referida Reitoria.— Em discussão.

○ SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, de acordo com o art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao jornal “Movimento”, que teve sua edição número 177, apreendida pela Polícia Federal de São Paulo.—

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

○ SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência pudesse informar o que está sendo votado.

○ SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Requerimento de voto de solidariedade ao jornal “Movimento”.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovado.**

○ SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

○ SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Atendo Vossa Excelência. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados o rejeitam.

13 Srs. Deputados o aprovam.— **Rejeitado o requerimento**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piercângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e da Cultura, em forma de apelo, no sentido de sensibilizar Sua Senhoria, para determinar a formação de uma Comissão Especial, para proceder levantamento geral e total do problema que envolve o Registro de Diplomas no Estado.— Em votação.

○ SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência informasse: comissão para que fim?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pois não.

(Procede à leitura do requerimento)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Tomando conhecimento do pedido do eminente Deputado Valter Pietrângelo, cujos termos, é o seguinte: (Lê o requerimento acima citado).

Senhor Presidente, quando em votação esse requerimento, eu não entendi bem os termos, mas sugere que seja formada uma Comissão por intermédio daquela Secretaria. Sei que a Secretaria da Educação já tomou as devidas providências, mas vamos votar favoravelmente ao pedido do eminente Deputado, porque sei que o Sr. Secretário já tem as informações referidas, com referência ao registro de diplomas. Por isso votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "O Peso da Traição", publicado no jornal "Maringá New's", de Maringá. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, é difícil votar pela aprovação de um editorial, quando não temos conhecimento do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência poderá passar às mãos de Vossa Excelência, o editorial.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, está, hoje, em 1.ª discussão?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A discussão já se encontra encerrada; está em fase de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nós não temos condições de votar favorável a esse editorial, porque não conhecemos os termos.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Se Vossa Excelência assim o quiser, esta Presidência determinará a leitura do editorial.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Será a única maneira de conhecermos os termos.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência atende a Vossa Excelência e será procedida a leitura do editorial. (É procedida a leitura do editorial).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, estou satisfeito com a leitura, e já nos dá condições de votar, e votaremos contrariamente ao pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o requerimento. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao INAMPS — Setor Regional, substanciado em apelo, no sentido de que seja legalizado, dinamizado e moralizado o atendimento da Sub-Agência do Órgão, no Município de Cidade Gaúcha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos professores paranaenses que se encontram reunidos em Congresso, defendendo suas justas reivindicações. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, visando que se proceda ao reaparelhamento humano e material da Delegacia de Polícia de Arapongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 63/76 e 136/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em nome do Poder Legislativo, em que apela sejam concedidos os benefícios e reivindicações à classe do magistério paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao Senador Franco Montoro, pela emenda constitucional apresentada com vistas a restabelecer, de imediato, as eleições diretas para Governador de Estado e para Senador. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Eu atendo. Os Srs.

Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, queiram levantar-se. Esta Presidência adverte aos Srs. Deputados, que tomem assento nas respectivas bancadas, para que não haja dúvidas quanto à votação do requerimento. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). 16 Srs. Deputados o rejeitaram e 14 Srs. Deputados o aprovaram. — **REJEITADO O REQUERIMENTO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública substanciado em pedido de informações, sobre denúncias de torturas policiais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Estado, pedindo o afastamento do Te. Cel. Ramalho Rodrigues Ayres Filho, do Comando do 3.º BTL, sediado em Pato Branco. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar a votação, tem a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente.

Está requerendo o afastamento?

(É procedida a leitura do requerimento)

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente.

Este requerimento do eminente Deputado Nilso Sguarezi, nós vamos pedir xerox deste documento e encaminhar ao órgão competente para que sejam tomadas as providências devidas.

Não vejo como, este Plenário determinar o afastamento de um Militar de um Comando, quando deveríamos primeiro, ouvir o Quartel e as medidas que deveriam ser tomadas.

Por este motivo, votaremos contrariamente, mas, não deixaremos de levar ao conhecimento do Comando da Polícia Militar, desse pedido formulado pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi.

Mas votaremos contrário ao pedido.



O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor do requerimento, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na justificativa do meu requerimento, eu digo que não é de praxe o Poder Político intervir na hierarquia militar.

Mas, Sr. Presidente, eu sou compelido a fazer isso, porque este Tenente-Coronel, Comandante da Polícia de Pato Branco, se intromete em todos os assuntos que não são de sua competência.

Acompanham este processo, Sr. Presidente, sentenças judiciais, de juízes da região Sudoeste, que reconhecem a arbitrariedade deste Tenente-Coronel, Comandante do 3.º Batalhão da Polícia Militar.

Esse coronel teve o desprazo de interpelar o Juiz de Direito de Chopinzinho, exigindo em 24 horas, explicações do Juiz, porque o Juiz relaxou uma prisão que considerou ilegal. Este Comandante foi na Delegacia de Polícia de Chopinzinho, isso está provado com um pedido de um inquérito policial do Promotor Público de Chopinzinho, foi na Delegacia de Chopinzinho, abriu a Cadeia Pública, deu um pontapé na traseira dos presos que estavam presos, à disposição do Juiz, mandou todos que fossem embora, pelo fato do Juiz ter relaxado essa prisão.

Prendeu o carcereiro da Delegacia de Chopinzinho que é um Policial Militar, obrigou, coagiu este Militar a ir em Juízo, desmentir um depoimento, retirou toda a Polícia Militar da Comarca de Chopinzinho, obrigando a que o Juiz enviasse para Curitiba, os presos à disposição daquele Juiz; tem se intrometido em causas cíveis da região, protegendo quer um lado, quer outro, conforme o seu arbítrio. Mas, Sr. Presidente, o mais lamentável não é isso, é que esse Tenente Coronel que deveria manter uma atitude de imparcialidade, que está no Comando de uma Unidade Militar, subiu em Palanques da ARENA para fazer campanha, para os homens da ARENA.

E além do mais, Sr. Presidente, este cidadão, que era aqui em Curitiba filiado ao MDB, e agora, lá no Sudoeste, tem protegido as maiores arbitrariedades policiais já registradas naquela região.

Tudo isto começou com aquele caso de tortura na cadeia pública de Chopinzinho, quando policiais militares deram soda para um ser humano tomar, jogaram soda sobre o corpo daquele cidadão, queimaram com ferro quente, e este Comandante da Polícia Militar não tomou as providências que se faziam sentir e que eram necessárias.

Eu não vejo, realmente, condições daquele militar permanecer no comando do 3.º Batalhão da Polícia Militar. A Secretaria de Segurança Pública tem conhecimento, Sr. Presidente, de tudo isto que está ocorrendo, porque este próprio Deputado já encaminhou aqui vários tipos de pedidos de informação e que o Sr. Secretário da Segurança Pública não teve sequer a delicadeza de responder a esta Casa. Passado o prazo constitucional, a obrigação que o Secretário de Estado tem que cumprir, nem assim se fez.

Eu pediria aos dignos Pares desta Casa, numa atitude de altivez deste Poder, passou a eleição, isto não vai mais representar perda de votos para ninguém, ou conquista de votos para ninguém.

Mas, representa uma atitude deste Poder porque, realmente, aquele militar não tem condições psicológicas de permanecer no comando de uma Unidade, tem sido parcial, sua conduta é parcial e, o que é mais lamentável, tem sido prejudicial.

Por isto, Sr. Presidente, aqui estão um elenco de documentos, quero ler, para conhecimento do plenário, apenas uma parte da sentença do Juiz de Direito de Coronel Vivida, ao deferir um "habeas corpus" preventivo, quando este Tenente Coronel queria prender, queria mandar prender alguns humildes agri-

cultores; deu o seguinte despacho o Juiz de Direito de Coronel Vivida.

Litigam os impetrantes, em diversas ações processórias contra a firma Ernesto Kichner SA., e apresentaram reclamação perante o Secretário de Segurança Pública, e o Comandante da Polícia Militar do Estado, por faltas funcionais de milicianos que estariam acobertando ações ilícitas daquela pessoa jurídica, em detrimento de seus interesses. A autoridade apontada como co-autora apresentou fotocópias de uma sindicância realizada para apurar os fatos. Se bem que não estejam autenticadas, delas se infere que os impetrantes foram oficialmente convidados a comparecerem ao Batalhão da Polícia Militar em Pato Branco. Tal ato, pode perfeitamente ter sido como uma represália à reclamação apresentada pelos impetrantes que têm fundadas razões para recear o Tenente Coronel.

Frise-se, o Juiz de Direito quem fala na sentença, que esta autoridade tem fama de "façanhudo", e, recentemente, desacatou os advogados Jacinto Simões e Olímpio Paulo Filho, consoante desagravo publicado às folhas 7, de 6 de setembro de 1978, na "Gazeta do Povo", pela Ordem dos Advogados do Brasil, que determinou sejam juntadas aos autos.

Identicamente, a mesma autoridade em ato inusitado, em frontal desrespeito à hierarquia, consoante é público e notório, teve a ousadia de interpelar o Dr. Régis Maurício de Andrade, digníssimo Juiz Adjunto da Comarca de Chopinzinho, pretendendo editar normas de conduta no rumoroso caso em que elementos da Polícia Militar torturaram o Sr. José Antônio Miranda.

Ora, se a autoridade co-autora, tem o desprazo de agravar juízes, de desacatar advogados, no exercício regular de suas funções, o que não poderá fazer contra dois humildes lavradores?

Por isto, Sr. Presidente, peço à Casa que aprove este requerimento por uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o requerimento.

19 Srs. Deputados o aprovam. 11 Srs. Deputados o rejeitam. **Aprovado o requerimento.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Peço a Vossa Excelência, que faça consignar na ata dos trabalhos o meu voto favorável ao requerimento. Sempre fui contra a violência, principalmente partindo de quem tem o dever de respeitar as decisões judiciais e manter a ordem pública.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero justificar também o meu voto, quando falei no encaminhamento da votação, alegando de que seria encaminhado o expediente ao Senhor Comandante da Polícia Militar para que tomasse as providências devidas, que não caberia a esta Casa a decisão. Somos contrários à violência, e estamos de pleno acordo com aquela argumentação do Deputado Nilso Sguarezi. Mas, o motivo de votarmos contrário ao seu requerimento, foi com essa justificativa, de que não é nossa atribuição, e de que caberia ouvir primeiro o comandante da Polícia Militar. É esse o motivo de nosso voto contrário ao requerimento, mas, somos contrários à violência e, de maneira nenhuma, daríamos apoio à atitude, à medida tomada pelo Comandante daquele Batalhão. E, por isso, meus eminentes companheiros de bancada que, acompanhando este voto, não o fizeram dando apoio a esse Comandante do Batalhão, mas, sim, a maneira como foi encaminhado o pedido do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, Proposição n.º 424/78.

Solicitação de autorização para o Sr. Governador do Estado, se ausentar do País entre os dias 6 a 22 do próximo mês de dezembro, com destino ao Japão, a fim de tratar, naquele País, de assuntos de interesse do Estado do Paraná.—

**Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 87, 88, 102, 107, 122, 123, 133, 134 e 239/78, e de Lei 156, 164 e 186/78.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 116 e 177/77, e 58, 81, 155 e 184/78.

Marcando ainda uma sessão Ordinária para sexta-feira, dia 1.º, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 63/76, 136/75,

120/74, 55, 107, 108 e 167/66 e 26, 54, 55, 93, 94, 95, 97, 98 e 128/78, e dos Projetos de Resolução n.ºs 36, 45, 62, 71, 83 e 84/78.

DISCUSSÃO — das Proposições n.ºs 584/66, 557 e 631/67, 370/68, 227/69, 50/70, 80/70 e 87/70, 74/71, 75/71 e 261/73.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 192/66, 263/66, 688/66, 17/67, 419/67, 614/67, 120/70, 137/70, 267/70, 320/70, 61/71, 62, 63, 117, 212, 241, 242, 254/71, 22/72, 40/72, 120/72, 189/73, 37, 129 e 180/74, 33/75, 17/76 e 27/76.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/68.

Levanta-se a sessão.